

Relatório de Execução Orçamental (RET)

3.º trimestre de 2022

Índice

Nota Introdutória

1. Demonstração de Resultados

2. Demonstração de Posição Financeira

3. Investimento e Endividamento

4. Cumprimento de Obrigações Legais

5. Acrónimos e Fórmulas

6. Anexos

Parecer Órgão de Fiscalização

Nota Introdutória

A proposta de PAO22 foi submetida em SIRIEF no dia 20.12.2020, não tendo sido, até à data, objeto de despacho por parte do SET.

No âmbito do processo de análise pela UTAM, foram prestados esclarecimentos complementares, já durante o ano de 2022.

Atualmente, aguarda-se parecer e despacho por parte da UTAM e SET, respetivamente.

A proposta de PAO 2022, assume a reposição de um nível de eficiência previsto para anos pré-pandemia e apresenta uma recuperação da atividade, através de, nomeadamente um conjunto de projetos prioritários, a necessidade de cumprimento de obrigações legais em matérias de segurança e cumprimento de obrigações legais, sobretudo relativa à frota e a matérias de recursos humanos, assim como quanto ao cumprimento das obrigações que resultam das orientações de mandato.

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações passou, a partir de agosto a ser realizada ao abrigo do DLEO de 2022 (DL 53/2022, de 12 de agosto) e do despacho 682/2021 do SET.

Por circunstâncias excecionais, até haver a obtenção de pronúncia e decisão sobre a proposta de PAO22 por parte das tutelas, foi determinada a adoção de medidas de contenção com incidência na assunção de responsabilidades para além dos limites pré-estabelecidos. Nesse sentido e até despacho do SET e/ou da tutela setorial, no que respeita à execução orçamental, os limites assumidos para execução a ocorrer em 2022, atenderão aos valores finais apurados no exercício de 2021, salvaguardando desta forma a não degradação do indicador de eficiência operacional (GO/VN).

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
3.º trimestre de 2022

Demonstração de Resultados		2022				2022	2021 9M	PAO 2022	PAO 2022
		1º T	2º T	3º T	4º T				
Prestação de Serviços	mil €	4 131	4 444	4 831		13 406	12 421	13 555	18 073
Custo das vendas/variação inventários	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Gastos de construção em ativos concessionados	mil €								
Subcontratos	mil €								
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	-956	-1 003	-1 278		-3 237	-2 475	-4 911	-6 440
Gastos com pessoal	mil €	-1 782	-1 576	-1 765		-5 123	-5 157	-6 099	-8 254
Amortizações	mil €	-74	-69	-43		-186	-218	-135	-191
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mil €	-10	-12	-24		-46	-25	-35	-1 055
Subsídios ao Investimento	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mil €	15	66	19		100	1 982	0	0
Resultados Operacionais	mil €	1 323	1 850	1 741		4 914	6 528	2 375	2 133
Gastos Financeiros	mil €	-665	-712	-1 219		-2 596	-2 156	-2 112	-2 867
Rendimentos Financeiros	mil €	4 362	46 597	4 499		55 458	53 761	51 750	55 667
Resultados Financeiros	mil €	3 697	45 885	3 280		52 862	51 605	49 638	52 800
Resultados Antes de imposto	mil €	5 020	47 735	5 021		57 776	58 133	52 013	54 933
Imposto sobre o Rendimento	mil €	-1 200	-1 448	-1 415		-4 063	-4 847	-2 842	-3 440
Resultado Líquido do Exercício	mil €	3 820	46 287	3 606		53 713	53 286	49 171	51 493

NOTAS:

Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano, para o período em análise, está refletido nas 3 últimas colunas antes da coluna "PAO 2022 - 12M".

O **Volume de Negócios** regista um total de 13,4 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -1,1% face ao previsto e de +7,9% face a 2021. É composto, essencialmente, pelos Fee's de gestão e com menor expressão, pelas participações nos CA's das participadas. Relativamente ao Fee de gestão o reconhecimento tem por base a taxa de 2,4% sobre o volume de negócios das empresas gerado fora do grupo.

Os **Gastos Operacionais** registam um total de 8,5 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -23,3% face ao previsto e de +8,9% face a 2021. Cerca de 98% destes gastos constituem FSE's e Gastos com Pessoal. Esta execução reflete o esforço de contenção e limites impostos ao atual exercício de 2022, pelas razões já referidas.

Os **Resultados Financeiros** registam um saldo de 52,9 milhões de euros, o equivalente a um desvio de +6,5% face ao previsto e de +2,4% face 2021. O desvio verificado face ao previsto, resulta do aumento dos rendimentos (+7,2%), nomeadamente, dos juros obtidos do Apoios Acionistas concedidos às empresas (+ 1,4 milhões €) e dos Dividendos recebidos, que registam um valor superior em +2,3 Milhões € (sobretudo via EPAL).

O **Resultado Líquido** regista um total de 53,7 milhões de euros, o equivalente a um desvio de +9,2% face ao previsto. O referido desvio está diretamente relacionado com a não aprovação do PAO proposto, e que limita os gastos ao nível do registado em 2021, obrigando a empresa e a sua gestão a realizar um esforço de contenção na despesa.

GASTOS OPERACIONAIS		2022				2022	2021 9M	PAO 2022	PAO 2022
		1º T	2º T	3º T	4º T				
Custo das vendas/variação inventários	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	-956	-1 003	-1 278		-3 237	-2 475	-4 911	-6 440
Gastos com pessoal	mil €	-1 782	-1 576	-1 765		-5 123	-5 157	-6 099	-8 254

Os **FSE's** registam um total de 3,2 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -34,1% face ao previsto. A variação registada decorre do já referido esforço de contenção de despesa pela não aprovação do PAO. Sem prejuízo do referido, as maiores variações observam-se, na rubrica de **Trabalhos Especializados**, que representam aproximadamente 82,1% do total dos FSE's, designadamente em **Assist. Informática** (-947 mil €), **Pub. e Propaganda** (-245 mil €) e **Estudos e Consultoria** (-196 mil €). No orçamento, foi adotado um exercício de mensuração dos valores anuais, o que poderá representar algum desvirtuar na análise das execuções.

Apesar de referida limitação, a empresa poderá ultrapassar no final de 2022 o valor de gastos com FSE's de 2021 em virtude, fundamentalmente, de gastos que constituem compromissos já firmados e/ou obrigações/imposições legais. Acresce ainda, embora com menos materialidade, o aumento de alguns custos específicos decorrentes do atual contexto geopolítico.

Os **Gastos com Pessoal** registam um total de 5,1 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -16,0% face ao previsto. O desvio verificado resulta sobretudo do atraso na concretização das substituições e admissões autorizadas no PAO de 2021. Concorre também para o desvio, o impacto resultante de um conjunto de medidas previstas em orçamento, mas que pelas razões acima expostas, ainda não foram aplicadas (aplicação do previsto em ACT; reposição de 5% da remuneração dos O.S. e 3% de crescimento real da remuneração dos trabalhadores).

NOTAS:

Estes indicadores refletem os valores acumulados dos 3 meses de cada trimestre. O valor acumulado do ano, para o período em análise, está refletido nas 3 últimas colunas antes da coluna "PAO 2022 - 12M".

2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Balanco)
3.º trimestre de 2022

Demonstração da Posição Financeira		2022				2022	2021	PAO 2022	PAO 2022
		3M	6M	9M	12M				
Ativos não correntes	mil €	1 331 793	1 320 727	1 311 735		1 311 735	1 359 491	1 126 817	1 126 899
Ativo intangível	mil €	45	42	40		40	0	0	0
Ativos fixos tangíveis	mil €	71	69	71		71	66	66	66
Ativos sob direito de uso	mil €	266	200	163		163	488	346	427
Investimentos financeiros	mil €	617 963	606 968	598 014		598 014	645 294	407 762	407 762
Investim. financeiros em associadas	mil €	713 448	713 448	713 448		713 448	713 643	718 643	718 643
Outros ativos não correntes	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Ativos correntes	mil €	108 659	49 751	70 062		70 062	78 533	179 590	263 778
Clientes	mil €	8 617	7 628	10 224		10 224	4 720	2 991	2 946
Disponibilidades	mil €	64 864	8 273	7 479		7 479	43 431	132 469	207 687
Outros ativos correntes	mil €	35 179	33 850	52 359		52 359	30 382	44 131	53 146
Ativo total	mil €	1 440 453	1 370 478	1 381 797		1 381 797	1 438 024	1 306 407	1 390 676
Capital Social	mil €	434 500	434 500	434 500		434 500	434 500	434 500	434 500
Ações próprias	mil €	0	0	0		0	0	0	0
Resultados transitados e reservas	mil €	451 318	423 818	423 818		423 818	395 280	420 237	423 297
Resultado líquido	mil €	3 820	50 107	53 713		53 713	49 042	49 171	51 493
Capital Próprio	mil €	889 638	908 425	912 031		912 031	878 822	903 908	909 291
Passivos não Correntes	mil €	389 042	449 104	458 193		458 193	546 058	392 735	385 918
Financiamentos obtidos	mil €	384 030	444 091	453 182		453 182	540 909	387 500	380 682
Subsídios ao investimento	mil €	0	0	0		0	-19	0	0
Passivos da locação	mil €	13	13	11		11	168	235	236
Outros passivos não correntes	mil €	5 000	5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000
Passivos Correntes	mil €	161 772	12 949	11 573		11 573	13 144	9 764	95 468
Financiamentos obtidos	mil €	156 879	6 818	6 818		6 818	6 818	6 818	91 818
Passivos da locação	mil €	174	139	135		135	278	472	437
Outros passivos correntes	mil €	4 718	5 992	4 620		4 620	6 048	2 474	3 213
Passivo total	mil €	550 815	462 052	469 766		469 766	559 202	402 499	481 386
Ativo total - (Passivo total + Capital Próprio)	mil €	1 440 453	1 370 478	1 381 797		1 381 797	1 438 024	1 306 407	1 390 676

O **Ativo Total** regista um valor de 1.382 milhões de euros, apresentando uma variação de 8,9 milhões de euros face ao previsto e de -57,8 milhões de euros face a dezembro de 2021.

A variação face ao previsto assenta nas seguintes rúbricas: i) Empréstimos a Empresas do Grupo (MLP) - Suprimentos, que registam à data +190,2 milhões de euros, mas cujo reembolso está projetado até final do ano; ii) Disponibilidades, que regista uma variação de 200,2 milhões de euros, que representa a contrapartida do registo de reembolsos a realizar ao longo de 2022; e iii) perspectiva de aumento ao nível de empréstimos a empresas do Grupo (CP) - Apoio Tesouraria, que registam à data -2,9 milhões de euros.

A rubrica de **Ativos Correntes - Emp. Empresas do Grupo**, constitui os Apoios de Tesouraria prestados pela SGPS. Regista, à data, um valor de 50,3 milhões de euros, que representa uma variação de -2,9 milhões de euros face ao previsto para final de 2022 e de -6,3 milhões de euros face a dezembro de 2021.

O **Passivo Total** regista um valor de 469,8 milhões de euros, apresentando uma variação de -11,6 milhões de euros face ao previsto e de -84 milhões de euros face a dezembro de 2021. É composto sobretudo por dívida financeira, essencialmente obrigacionista, com amortizações anuais até 2028, destacando-se, em 2022: i) uma amortização extraordinária, programada e prevista em sede de orçamento de 150 milhões de euros concretizada no mês de junho; e ii) apoio de tesouraria no âmbito da política centralizada do grupo (72,5 M€).

DÍVIDA CLIENTES		2022				2022	2021	PAO 2022	PAO 2022
		3M	6M	9M	12M				
Dívida de Clientes									
Dívida total	mil €	8 617	7 628	10 224		10 224	4 720	2 991	2 946
Dívida vencida total	mil €	2 113	2 901	4 939		4 939	1 561	n.d.	n.d.

A **dívida de Clientes** regista um valor total de 10,2 milhões de euros, apresentando uma variação de +7,3 milhões de euros face ao previsto e de +7,1 milhões de euros face a 2021. Cerca de 77% deste saldo corresponde ao reconhecimento (especialização) de juros dos empréstimos, às comissões BEI e ao fee de gestão do período. A perspetiva de faturação desta especialização aos clientes do grupo, resultará, atendendo ao prazo de pagamento (PMP), num alinhamento do saldo de clientes com os valores previstos.

DESEMPENHO		2022				2022	2021	PAO 2022	PAO 2022
		3M	6M	9M	12M				
Dívida Financeira	mil €	540 909	450 909	460 000		460 000	547 727	394 318	472 500
Debt to equity	%	61%	50%	50%		50%	62%	44%	52%
Net Debt - Endividamento líquido	mil €	476 045	442 637	452 521		452 521	504 296	261 849	264 813
Net Debt to EBITDA	valor	85	67	67		67	56	78	114

O **Endividamento Líquido** regista um valor de 452,5 milhões de euros, sendo este composto pelos empréstimos obrigacionistas (387,5 M€), Empréstimo da EPAL à SGPS (72,5 M€) e dedução das Disponibilidades (7,5 M€).

A dívida financeira líquida/EBITDA apresenta um valor de 67 a setembro o que constitui uma melhoria face a dezembro de 2021 que refletiu o valor de 70 para este indicador.

NOTAS:

O indicador EBITDA é, para cada período, extrapolado para valores anuais.

No indicador Net Debt não são consideradas as Locações Financeiras

3. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

3.º trimestre de 2022

INVESTIMENTO TOTAL		2022				2022	2021 9M	PAO 2022	PAO 2022
		1º T	2º T	3º T	4º T				
Investimento	mil €	0	0	0	0	918	0	5 000	
Investimentos financeiros em associadas	mil €	0	0	0	0	918	(*)	5 000	
Outros	mil €	0	0	0	0	0	0	0	

Notas:

Os valores acima representam o investimento feito em cada um dos trimestres de 2022 e valores acumulados ao período. Na SGPS corresponde a investimento financeiro, essencialmente participações de capital.

A rubrica de **Investimentos Financeiros** em Associadas regista um saldo de 713,4 milhões de euros. Até o final de 2022 encontra-se previsto um investimento de aproximadamente 5,0 milhões de euros, para reforço da posição acionista, eventual quinhora de prejuízos ou para reforço de capital em função da concretização do novo quadro estratégico do Grupo. Até à data, não houve qualquer execução.

(*) Em função da natureza do investimento optou-se por não se quantificar este valor ao trimestre. Assim a referência será o valor anual de 5,0 milhões de euros.

ENDIVIDAMENTO		2022				2022	2021 9M	PAO 2022	PAO 2022
		3M	6M	9M	12M				
Endividamento	mil €	540 909	450 909	460 000	460 000	547 727	394 318	472 500	
Médio e Longo Prazo	mil €	384 030	444 091	453 182	453 182	540 909	387 500	380 682	
BEI	mil €	0	0	0	0	0	0	0	
Banca Comercial	mil €	384 030	384 091	380 682	380 682	540 909	387 500	380 682	
Holding	mil €	0	60 000	72 500	72 500	0	0	0	
Locação Financeira ^(*)	mil €	0	0	0	0	0	0	0	
Curto Prazo	mil €	156 879	6 818	6 818	6 818	6 818	6 818	91 818	
BEI	mil €	0	0	0	0	0	0	0	
Banca Comercial	mil €	156 879	6 818	6 818	6 818	6 818	6 818	91 818	
Holding	mil €	0	0	0	0	0	0	0	
Descobertos bancários	mil €	0	0	0	0	0	0	0	
Locação Financeira	mil €	0	0	0	0	0	0	0	

* Para o Financiamento apenas se considera a Locação Financeira relativa a entidades equiparadas a instituições financeiras, pelo que não se inclui os contratos de AOV

Em 2022 tem continuidade a gestão centralizada do financiamento e disponibilidades do Grupo, para uma gestão integrada das necessidades financeiras, que permite acutelar e mitigar situações de ruturas de tesouraria.

A **Dívida Financeira Total** regista um valor de 460 milhões de euros, o que representa uma variação de - 12,5 milhões de euros face o previsto para final de 2022 e de - 84,4 milhões de euros face a dezembro de 2021. Para dezembro de 2022, foi previsto, no âmbito da política de gestão de tesouraria centralizada do grupo, o recurso a excedentes das empresas, para fazer face a eventuais compromissos.

Atualmente a **Dívida Financeira** da empresa é composta por **Empréstimo Obrigacionista MLP (não corrente)** de 380,7 milhões de euros, **Empréstimo Obrigacionista CP (corrente)** de 6,8 milhões de euros (a liquidar em 2 tranches anuais fevereiro e agosto), e **Empréstimo da EPAL à SGPS** de 72,5 milhões de euros.

4. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

3.º trimestre de 2022

Cumprimento do Despacho 682/2021-SET (ponto 3.1)		2022	2021	PAO 2022
		9M		
Gastos com Pessoal	mil €	5 123	5 157	6 099
Órgãos Sociais	mil €	479	460	505
Absentismo (**)	mil €			
Gastos com Pessoal (sem efeito de OS e Absentismo)	mil €	4 645	4 698	5 594
Rubricas Operacionais (*)	mil €	256	216	464
Gastos c/ estudos, pareceres e proj. Consultoria	mil €	272	212	645

Referência	2019		2021	
	Ano	9M	12 M	
		5 157	4 751	7 162
		460	580	624
2021		4 698	4 170	6 537
2021		216	253	315
2021		212	584	433

Ponto 3.1 dos Princípios Financeiros (Despacho n.º 682/2021 - SET)

No âmbito do ponto 3.1. das IPG para 2022, é estabelecida, para efeitos de monitorização, a necessidade de definição do ano de referência para cada uma das rubricas em análise, em função do maior valor anual real atingido em períodos anteriores. Para os 3 indicadores o ano de referência é o 2021. Na comparação com 2022 observa-se o crescimento no indicador de **Rubricas Operacionais** justificado pelo reconhecimentos dos encargos resultantes do prolongamento dos contratos AOV inferiores a 1 ano, e que são agora reconhecidos via FSE's.No caso do indicador **Gastos c/ Estudos, pareceres, Proj. Consult.** o crescimento dos gastos tem inerente a necessidade de recurso a prestações de serviços externas para cumprimento de obrigações legais.

(*) Valor engloba gastos com Viaturas, Deslocações, Alojamento e Ajudas de Custo

(**) Indicador a apurar no final do exercício

Prazo Médio Pagamento		2022				2022	2021	PAO 2022
		3M	6M	9M	12M	9M	12 M	
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	29	23	25		25	38	20

NOTAS:

Conforme RCM n.º 34/2008 (média móvel a 12 meses) de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009

Conforme RCM n.º 34/2008

No âmbito do cumprimento das orientações legais, assinala-se o cumprimento da RCM n.º 34/2008 referente ao **Prazo Médio de pagamentos**. O indicador é calculado com base na média dos últimos 4 trimestres.

Indicadores e Gastos Operacionais		2022				2021	PAO 2022	2021	PAO 2022
		3M	6M	9M	12M	9M		12 M	
(1) GASTOS OPERACIONAIS = (2) + (3) + (4)	mil €	2 738	5 317	8 360		7 633	11 010	11 238	14 694
(2) CMVCM (DR)	mil €	0	0	0		0	0	0	0
(3) FSE's (DR)	mil €	956	1 959	3 237		2 475	4 911	4 076	6 440
(4) PESSOAL (DR)	mil €	1 782	3 358	5 123		5 157	6 099	7 162	8 254
(5) EFEITO EM PESSOAL (alinea a) do n.º5 do artigo 144)	mil €	-152	-321	-452		-433	-691	-668	-1 174
i) Órgãos Sociais (inclui a reposição remuneratória prevista no PAO22)	mil €	-152	-300	-452		-433	-477	-589	-636
ii) impacto de cumprimento de disposições legais (ex.: anuidades, reclassificações, convergência real ACT,...)	mil €	0	0	0		0	-190	0	-371
iii) impacto de indemnizações por rescisão	mil €	0	0	0		0	0	-148	-80
iv) impacto das valorizações remuneratórias obrigatórias (ex.: progressões,...)	mil €	0	-21	0		0	-23	0	-35
v) impacto de efeito de absentismo	mil €	0	0	0		0	0	70	-52
(6) EFEITO FATORES EXCECIONAIS (Crise Geopolítica) (a)	mil €	-17	-43	-67		-39	-82	-55	-109
vi) FSE's - Combustíveis	mil €	-17	-43	-67		-39	-80	-55	-107
vii) FSE's - Energia	mil €	0	0	0		0	-2	0	-2
viii) FSE's - "Outros"	mil €	0	0	0		0	0	0	0
(7) EFEITO de OBRIGAÇÕES LEGAIS	mil €	0	-19	-23		0	-88	0	-118
ix) FSE's - (Ciber) Segurança	mil €	0	-19	-23		0	-69	0	-93
x) FSE's - Viaturas (Despacho 2293-A/2019)	mil €	0	0	0		0	-19	0	-25
(8) EFEITO COVID	mil €	0	-2	-2		-9	0	-18	0
xi) FSE's - Efeitos COVID	mil €	0	0	0		0	0	0	0
xii) Pessoal - Efeitos COVID	mil €	0	-2	-2		-9	0	-18	0
xiii) VN - Efeitos COVID	mil €	0	0	0		0	0	0	0
(9) OUTRAS RUBRICAS OPERACIONAIS	mil €	127	341	528		428	1 109	748	1 489
xiv) Gastos com Deslocações, Alojamento e ajudas de custo	mil €	4	9	11		16	48	39	61
xv) Gastos com as viaturas	mil €	62	145	245		200	416	276	569
xvi) Gastos com estudos, pareceres e proj. consultoria	mil €	61	186	272		212	645	433	860

INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (10)/(11) (b)	%	65,86%	61,02%	61,67%		61,07%	78,39%	67,52%	77,80%
(10) Gastos Operacionais (b) = (1) + (ii) + (iv) + (6) + (7) + (xi) + (xii)	mil €	2 721	5 232	8 268		7 585	10 626	11 165	14 061
(11) Volume de Negócios = (VN) + (xiii)	mil €	4 131	8 575	13 406		12 421	13 555	16 536	18 073
Gastos com Pessoal (c) = (4) + (5) + (xii)	mil €	1 630	3 036	4 669		4 716	5 408	6 476	7 080
Rubricas Operacionais (d) = (9) + (vi) + (x)	mil €	110	297	460		389	1 009	693	1 357

NOTAS:

- a) Conforme n.º4 do artigo 144 do DL n.º53/2022, de 12 de agosto;
b) Calculado de acordo com o n.º1 e 4 do artigo 144 do DL n.º 53/2022, de 12 de agosto;
c) Conforme alinea a) do n.º5 do artigo 144 do DL n.º53/2022, de 12 de agosto;
d) Conforme alinea b) do n.º5 do artigo 144 do DL n.º53/2022, de 12 de agosto. Deduzido do gasto de combustíveis, em função da crise geopolítica.

Pressupostos de análise
A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações orçamentais é realizada ao abrigo do disposto no DLEO para 2022 (DL 53/2022, de 12 de agosto).
PESSOAL A análise é feita ao abrigo da alinea a) do n.º5 do art.º 144 do DLEO 53/2022 de 12 de agosto.
GASTOS OPERACIONAIS A análise é feita ao abrigo da alinea b) do n.º5 do art.º 144 do DLEO 53/2022 de 12 de agosto.
GO/VN A análise é feita ao abrigo do n.º1 e 4 do art.º 144 do DLEO 53/2022 de agosto.
ENDIVIDAMENTO A análise é feita ao abrigo do art.º 145 do DLEO 53/2022 de 12 de agosto.
Análise:
O indicador GO/VN apresenta um valor de 61,7%, equivalente a um desvio de -16,7 p.p. face ao previsto (78,4 %) e de -16,1 p.p. face ao previsto para o final de 2022 (77,8%). O desempenho deste indicador decorre sobretudo da variação positiva do GO (-41,2%) face ao previsto. Verifica-se o cumprimento desta previsão orçamental em 2022, decorrente do já referido esforço de contenção de gastos. Face a 2021 (61,1%), verifica-se o agravamento do indicador, justificado pelo aumento dos GO (+9%), mesmo considerando a variação positiva do VN (+5,5%). Tal como referido, o crescimento dos GO face a 2021, decorreu do necessário cumprimento de compromissos assumidos e pelas obrigações legais a que a empresa está sujeita, quer no âmbito do FSE's, quer no âmbito dos gastos com pessoal. O indicador Gastos com Pessoal regista um total de 4,7 milhões de euros, o equivalente a um desvio de -14% face ao previsto para o 3º trimestre. O desvio verificado resulta sobretudo do atraso na concretização das substituições e admissões autorizadas. Se comparado com igual período de 2021, verifica-se um alinhamento do indicador (-1%), apenas possível pelas razões acima referidas. Neste âmbito, dá-se nota de que o pleno cumprimento de obrigações legais, nomeadamente aquelas que decorrem do cumprimento do ACT, poderá implicar no final do ano um gasto superior ao verificado em 2021. Esta questão poderá ser ultrapassada em função dos termos do despacho de aprovação do PAO 2022. O indicador Rubricas Operacionais regista um valor de 460 mil euros, que corresponde a um desvio de -54,4% face ao previsto. Se comparado com igual período de 2021, verifica-se um agravamento do indicador (+18,3%), decorrente sobretudo do aumento dos gastos com viaturas, resultante do prolongamento dos contratos AOV (prazo não superior a 1 ano) não reconhecidos via IFRS16, mas sim como gastos em FSE's. Este acréscimo representa a setembro, um valor de 77 mil euros. Ajustado deste impacto constata-se uma tendência de cumprimento face a 2021. Paralelamente e conforme previsto no DLEO (n.º 9 do art.º 144) este indicador pode ser ajustado de gastos no âmbito da

Endividamento		2022				2021	PAO 2022	2021	PAO 2022
		3M	6M	9M	12M	9M	12 M		
Endividamento	mil €	540 909	450 909	460 000		547 727	394 318	544 379	472 500
Taxa de Crescimento de Endividamento (DLEO)	%	-0,4%	-9,5%	-8,6%		-10,4%	-15,3%	-10,7%	-7,3%

NOTAS:

O rácio de ENDIVIDAMENTO trimestral é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2021. O rácio de ENDIVIDAMENTO de 2021 é calculado com base no comparativo do real a dezembro de 2019. O rácio de ENDIVIDAMENTO do Orç.2022 é calculado com base no real a dezembro de 2021.

Nº de colaboradores		2022				2021	PAO 2022	2021	PAO 2022
		3M	6M	9M	12M	9M	12 M		
Recursos Humanos	nº	120	120	120		119	122	120	122
Pessoal	nº	107	107	107		106	109	107	109
Órgãos Sociais	nº	13	13	13		13	13	13	13
Contratos Suspensos	nº								

Endividamento:

O indicador Endividamento regista o valor de 460 milhões de euros, que apresenta uma redução de 87,7 milhões de euros face a igual período de 2021. Este valor decorre da amortização extraordinária de capital do empréstimo obrigacionista no valor de 150 milhões de euros e do recebimento de 72,5 milhões de euros da EPAL (não corrente). Conforme previsto na LOE e no DLEO para 2022, existe um limite de crescimento do endividamento da empresa, até 2% face a 2021. Este indicador encontra-se em cumprimento (-8,6%) face a dezembro de 2021.

Recursos Humanos:

A setembro não se constata qualquer aumento do nº de trabalhadores, face ao final de 2021.

O total de colaboradores corresponde ao previsto, 120 trabalhadores (incluindo 5 em processo de substituição).

Constituem os órgãos sociais: 6 membros do CA, 1 ROC, 3 membros do CF, 3 membros da AG, num total de 13.

ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
Gerais	
ACT	Acordo Coletivo de trabalho
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
IEIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão
LOE	Lei de Orçamento de Estado
NSE	Níveis de Serviços Estabelecidos
OT	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SET	Secretaria de Estado do Tesouro
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
Indicadores	
DRG	Desvio Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earning Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
FA	Fundo Ambiental
GO	Gastos Operacionais
IFRIC12	Internacional Financial Reporting Interpretations Committee
OT	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
VN	Volume de Negócios
ROA	Rentabilidade dos Ativos
ROCE	Rentabilidades do Capital Empregue
ROE	Rentabilidade do Capital Próprio
Unidades	
M€	Milhões de Euros
m€	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12 M	Valores Acumulados do; 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente
FÓRMULAS	
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Total
Debt to Equity	Dívida Financeira / Capital Próprio
EBIT	EBITDA (Ajustado - Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Subsídios ao Investimento)
EBITDA	Resultado Operacional + Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao investimento
Fundo de Maneio	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Gastos Operacionais	Custo das vendas + FSE + Gastos com Pessoal + Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Outros Gastos Operacionais
Liquidez Geral	Ativos Correntes / Passivos Correntes
Margem EBITDA	EBITDA (Ajustado) / Volume de Negócios
Net Debt	Dívida Financeira - Disponibilidades
Net Debt to EBITDA	Net Debt / EBITDA
ROA	Resultado Líquido / Ativo Total
ROCE	EBIT / (Capital Próprio)
ROE	Resultado Líquido / Capital Próprio
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo Total
Varição do Endividamento	$[\text{Financiamento Remunerado}_N - \text{Financiamento Remunerado}_{N-1}] + [\text{Capital Social}_N - \text{Capital Social}_{N-1}] / [\text{Fundo de Remuneração}_{N-1} + \text{Capital Social}_{N-1}]$
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a Execução Orçamental do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022

Introdução

Para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, apresentamos o nosso relatório sobre a Execução Orçamental do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP), cujos mapas financeiros apresentam um valor de ativo orçamentado e real de 1.306.407 mil euros e 1.381.797 mil euros, respetivamente, de capital próprio orçamentado e real de 903.908 mil euros e 912.031 mil euros, respetivamente, e um resultado líquido orçamentado e real de 49.171 mil euros e 53.713 mil euros, respetivamente.

Responsabilidades

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação do referido Relatório sobre a Execução orçamental do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, para cumprimento do diploma legal mencionado no parágrafo anterior.

A nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre a informação contida no referido relatório, baseada na nossa revisão.

Âmbito

Efetuámos a nossa revisão de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Revisão 2410, "Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade". Uma revisão de informação financeira intercalar consiste em fazer indagações, principalmente às pessoas responsáveis por matérias financeiras e contabilísticas, e em aplicar procedimentos analíticos e outros de revisão.

Uma revisão é substancialmente inferior em âmbito do que uma auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e por isso não possibilita a obtenção de garantia de fiabilidade de que tomamos conhecimento de todas as matérias significativas que possam ser identificadas numa auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Consideramos adequadas as divulgações efetuadas no Relatório sobre a Execução Orçamental do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, nomeadamente no que respeita aos desvios verificados.

O Despacho n.º 682/2021 – SET, de 29 de julho de 2021, define as instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, das empresas públicas não financeiras do SEE. Consta deste diploma a indicação de que tendo os anos de 2020 e 2021 sido, para a generalidade das empresas do SEE, um ano atípico, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, o ano de referência a ser tomado em consideração para a elaboração dos planos anual e plurianual, nomeadamente para estimativas para 2022, será o ano de 2019 ou 2021, consoante o que registar volume de negócios superior.

Relativamente aos indicadores financeiros verificámos o seguinte:

- a) O indicador de eficiência operacional é de 61,7% encontrando-se acima do rácio atingido em 2021 (61,1%) e abaixo do previsto para 2022 (78,4%);
- b) Os gastos com pessoal relativos a nove meses do ano de 2022, ascendem a 4.669 milhares de euros, o que corresponde a uma redução de 1% face ao período homólogo (4.716 milhares de euros);
- c) O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e os encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria ascendem a 460 mil euros no período findo em 30 de setembro de 2022, o que representa mais 18,3% comparativamente ao período homólogo. Deve referir-se, contudo, que o aumento deste tipo de gastos resulta, em parte, do prolongamento dos contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV) não reconhecidos por via da IFRS16, ou seja, gastos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, em detrimento da rubrica de Depreciações. Caso esta situação não tivesse ocorrido a tendência seria de cumprimento.

Deste modo, tendo em conta o disposto no n.º 9 do art.º 144.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, verificámos o ponto 4. do Relatório sobre a Execução Orçamental do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, que apresenta a evolução dos gastos operacionais, incluindo a discriminação dos gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na Lei do Orçamento do Estado, sendo que consideramos adequada a informação divulgada naquele ponto e que a informação se encontra em cumprimento com o disposto naquele artigo, exceto quanto ao referente (i) ao indicador de eficiência operacional, e (ii) aos gastos operacionais referentes aos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e os encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se encontram acima do valor do período homólogo (30 de setembro de 2021).

Baseados na nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação contida no Relatório sobre a Execução Orçamental do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 não está preparada, em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Assinado por: **PEDRO MIGUEL RAPOSO LISBOA NUNES**

Num. de Identificação: 10328871

Data: 2023.02.28 11:54:13+00'00'

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Pedro Lisboa Nunes
ROC registado na CMVM com o n.º 20160813

**Relatório do Conselho Fiscal
da
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA**

3.º Trimestre de 2022

O presente Relatório é emitido nos termos da alínea i), do número 1, do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e destina-se a ser enviado à Inspeção-Geral de Finanças e a Parpública, SGPS, S.A., juntamente com o Relatório apresentado pela Sociedade, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro.

O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do terceiro trimestre de 2022, a gestão e a evolução da situação económica e financeira, bem como a execução orçamental da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (AdP).

No quadro da cooperação mantida com o Conselho de Administração e com os quadros da AdP, o Conselho Fiscal dispôs dos elementos necessários ao acompanhamento da sua situação de forma a emitir o presente Relatório.

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com as competências previstas na Lei e nos Estatutos da Sociedade. Considerando o trabalho desenvolvido, não foram identificados, com exceção do referido abaixo, factos relevantes ou críticos, ou anomalias no funcionamento da Sociedade suscetíveis de serem relatados no âmbito do presente Relatório.

A informação disponibilizada relativamente ao terceiro trimestre foi analisada em sessão do Conselho Fiscal.

Foi entendimento dos membros deste conselho, efetuar a análise tendo em atenção os desvios do executado (real) face ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO), **embora este ainda não tenha sido aprovado pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças**, bem como a sua comparação com o período homólogo de 2021.

Relativamente aos desvios entre o executado e o PAO, destaca-se o desvio favorável do Resultado Líquido de aproximadamente 9,24% (4,5M€). Este resultado está diretamente relacionado com a melhoria dos gastos operacionais em cerca de 24% (2,6M€), sendo que tal circunstância decorre de decisão por parte da gestão, quanto a efetuar um esforço de

contenção de despesa, definido como referencial o nível de gastos registado no ano de 2021, a qual decorre da não aprovação do PAO.

O indicador do Endividamento apresenta uma redução de 87,7 milhões de euros face a igual período de 2021, registando em 30/09/2022 um valor de 460 milhões de euros. Esta diminuição decorre da amortização extraordinária de capital do empréstimo obrigacionista no valor de 150 milhões de euros e do recebimento de 72,5 milhões de euros da EPAL.

Salienta-se que o limite de crescimento, até 2%, previsto no artigo 53º da Lei nº 12/2022 conjugado com o artigo 145º do Decreto-Lei nº 53/2022 (Execução Orçamental de 2022) encontra-se a ser cumprido.

No trimestre em análise evidencia-se o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN), tendo este se cifrado nos 62,36%, no entanto e após redução dos fatores excecionais decorrentes da crise geopolítica, de obrigações legais e do efeito Covid, tendo em atenção o nº 4 do artigo 144º do DLEO de 2022, o mesmo cifra-se nos 61,67%, verificando-se um alinhamento deste indicador (embora seja superior) com o valor do período homólogo de 2021 (61,07%). Analogamente ao previsto para o 3º trimestre de 2022 (78,39%) este rácio apresenta um desvio de -16,7 p.p.

O Conselho Fiscal observa que, até ao momento, não se encontra a ser cumprido o disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 144º do Decreto-Lei nº 53/2022 (Execução Orçamental de 2022), sendo o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria superior aos suportados em período homólogo de 2021, no entanto o mesmo cifra-se abaixo do valor do PAO que não foi aprovado pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças.

Relativamente aos gastos com viaturas o aumento dos mesmos resulta do prolongamento dos contratos AOV (prazo não superior a 1 ano) não reconhecidos via IFRS16, mas sim como gastos em FSE em detrimento da rubrica de depreciações.

Comparativamente ao período homólogo de 2021, realça-se o ligeiro aumento dos resultados líquidos em 0,8% (0,5M€) relacionados essencialmente com o aumento dos resultados financeiros em 2,44% (1,2M€).

Em termos consolidados, observa-se, face ao período homólogo de 2021, uma variação positiva do Volume de Negócios de 12,3 M€ (2,27%), traduzida num aumento das Vendas

(5,4%) em quase todas as empresas do grupo, mas por outro lado uma diminuição dos serviços prestados (-1,6%) pelo grupo.

Destaca-se o aumento do VN, na EPAL, SA (+9,28M€ →8,94%), na AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A (+2,38M€ →5,72%), Águas do Alto Minho, S.A. (+1,13M€ →6,56%) e AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A. (+1,34M€ →10,05%) e em sentido contrário a diminuição nas Águas do Norte, SA (-3,3M€ → 3,82%) e nas Águas do Centro Litoral, SA (-1,51M€ → 4,93%).

Constata-se igualmente um acréscimo do RL do período em cerca de 20,39% (14,3M€), marcado pelo aumento dos resultados operacionais (19,84% →21,3M€) e dos resultados financeiros (17,27% →2,45M€) associados ao aumento da taxa de rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro (OT) a 10 anos, indexante utilizado para a determinação dos Resultados Líquidos dos Sistemas Multimunicipais e Parcerias Estado-Autarquias (em 30.09.2022 - 4,86%).

O rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN) no terceiro trimestre de 2022 cifrou-se nos 44,66%, menos 1,69 p.p. face ao terceiro trimestre de 2021, verificando-se igualmente um aumento do EBITDA em 16,4M€ (5,68%) explicado principalmente por um aumento do VN e redução dos FSE.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) face a setembro de 2021, reduziram em 5,91% (-9M€), explicado em parte diminuição dos gastos com Eletricidade em -44,76% (-20M€) contrabalançados com um aumento generalizado nos restantes gastos, destacando-se os gastos de Conservação e reparação (16,9% → 5M€), com Tratamento de resíduos e efluentes (13,18% → 1,8M€) Rendas e alugueres (52,41% → 1,7M€) e Águas e Combustíveis (20,53% → 0,85M€).

Verificou-se igualmente que o Grupo AdP, no 3º trimestre de 2022, registou, face ao período homólogo de 2021, um aumento dos Gastos com o Pessoal (2,71% →2,17M€), nomeadamente nas rubricas remunerações e Encargos sobre remunerações.

Os resultados financeiros, embora ainda negativos, apresentam, face ao período homólogo, uma melhoria de aproximadamente 17,27% (2,45M€) influenciada essencialmente pela diminuição dos juros suportados com os empréstimos junto do BEI (13,37% → 2,77M€).

O Conselho Fiscal destaca a manutenção da tendência recente verificada ao nível do défice tarifário, traduzida num superavit da conta Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), desvio bruto de 45,6M€. Não obstante, a questão do DRG deverá continuar a merecer a melhor

atenção por parte do órgão de administração atenta a respetiva materialidade (em 30.09.2022 ascendia a cerca de 453,3M€).

No primeiro semestre de 2022, o endividamento líquido consolidado teve um decréscimo de 69M€ (-5,06%) face a 31 de dezembro de 2021, no entanto verifica-se, face à data referida uma redução de liquidez de 139M€.

Como já referido nos relatórios anteriores é motivo de preocupação deste conselho fiscal e que deve continuar a merecer a melhor atenção por parte do órgão de administração, a deterioração dos recebimentos dos clientes, sendo que, não obstante o recebimento de dívida da Águas de Coimbra (20M€) e de cedência ao BEI através de ARDs (6,3M€), a dívida bruta de clientes (municipais e outros clientes), alcançou até ao 3º trimestre de 2022 o valor de 332,5 M€, um acréscimo de 10,7% (32,2M€) face a 31-12-2021.

Lisboa, 3 de abril de 2023,

Pelo Conselho Fiscal,

**Carla
Ribeiro**

Digitally signed
by Carla Ribeiro
Date:
2023.04.03
15:28:35
+01'00'

Carla Ribeiro
(Presidente)